



**MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE**  
PRAÇA GETÚLIO VARGAS – 18 –CENTRO  
SANTO ANTÔNIO DO MONTE – MG  
FONE: (37) 3281.7328

**EDITAL COM ITEM COTA PRINCIPAL, ITEM COTA RESERVADA E ITENS EXCLUSIVOS ME/EPP**

**PROCESSO Nº:** 065/2026  
**EDITAL Nº:** 033/2026  
**MODALIDADE:** Pregão Eletrônico

O Município de Santo Antônio do Monte, situado à Praça Getúlio Vargas, nº 18, Centro em Santo Antônio do Monte – MG, mediante o Pregoeiro, designado pela Portaria **202/2025**, torna público que fará realizar licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, a fim de selecionar propostas para REGISTRO DE PREÇOS no tipo **Menor Preço Item, COM ITEM COTA PRINCIPAL, ITEM COTA RESERVADA E ITENS EXCLUSIVOS ME/EPP** que será regido pela Lei nº 14.133/2021, bem como os Decretos Municipais nº 187/2024 e 196/2024 e Lei Complementar 123/06, conforme condições e especificações estabelecidas neste Edital e seus Anexos, de acordo com o que consta do Processo.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 08:29 hs do dia 13/07/2026  
ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: às 08:30 hs do dia 13/07/2026  
IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTO ATÉ: às 08:30 do dia 08/07/2026  
REFERÊNCIA DE TEMPO: Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF.  
ENDEREÇO: As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- ANEXO I – Termo de Referência
- ANEXO II – Modelo de Declaração Unificada
- ANEXO III – Modelo de Proposta de Preços (licitante vencedor)
- ANEXO IV – Minuta de Termo de Ata de Registro de Preços
- ANEXO V – Atestado de Capacidade Técnica
- ANEXO VI – Declaração de não nepotismo

## **1- DO OBJETO**

**1.1** O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de itens frustrados e/ou fracassados no Processo 128/2025 de materiais médico-hospitalares e novas necessidades, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, conforme relatório de itens e demais condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

## **2 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**2.1** A participação no presente Pregão Eletrônico se dará mediante realização de sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão Eletrônico Portal de Compras de Públicas, disponível no endereço eletrônico: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

**2.2** Os interessados deverão se inscrever previamente, realizando o devido credenciamento junto ao Portal de Compras Públicas no endereço [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) até o horário fixado neste Edital para o início da apresentação das propostas; devendo apresentar toda a documentação exigida para o respectivo cadastramento/credenciamento; que deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

**2.2.1** Cópia do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e seus aditivos em vigor, devidamente registrados na Junta Comercial ou Cartório do Serviço de Registro Civil e Títulos e Documentos, em se tratando de sociedade por ações, acompanhado da documentação de eleição de seus administradores;

**2.2.1.1** No caso da apresentação de alteração contratual consolidada, fica dispensada a apresentação das



**MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE**  
PRAÇA GETÚLIO VARGAS – 18 –CENTRO  
SANTO ANTÔNIO DO MONTE – MG  
FONE: (37) 3281.7328

alterações anteriores à consolidação.

**2.2.1.2** Tal exigência se faz necessária tendo em vista a obrigatoriedade de se cadastrar todas as empresas participantes do certame, para fins de repasse de informações obrigatórias ao Tribunal de Contas do Estado;

**2.2.1.3.** O Acesso a tais documentos, por parte deste Município, se dará somente na fase de habilitação do certame.

**2.2.2** Demais documentos exigíveis pelo Portal de Compras Públicas.

**2.3** O acesso do operador ao Pregão Eletrônico, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

**2.4** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**2.5** O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

**2.6** Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

**2.7** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**2.7.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**2.8** O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do licitante que pagará o Portal de Compras Públicas, provedora do sistema eletrônico, o equivalente aos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, consoante tabela fornecida, emitida pela entidade.

**2.9** Como condição para participação no Pregão Eletrônico, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo as declarações que nele constem, sob pena de inabilitação na fase de habilitação, sendo que a declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021 e neste Edital.

**2.10** A participação neste certame é ampla concorrência, cota reservada e cota exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a saber:

**2.10.1** Nos itens **COTA PRINCIPAL**, poderão participar os interessados que atendam aos requisitos do edital;

**2.10.2** Nos Itens **COTA RESERVADA**, assegurada preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte;

**2.10.3** Nos **itens restantes**, a participação é **EXCLUSIVA** a microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos do art. 48, I e III da Lei Complementar nº 123/2006;

**2.10.4** Se a mesma empresa vencer a COTA RESERVADA E A COTA PRINCIPAL, a contratação de ambas as cotas deverá ocorrer pelo menor preço;



**MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE**  
PRAÇA GETÚLIO VARGAS – 18 –CENTRO  
SANTO ANTÔNIO DO MONTE – MG  
FONE: (37) 3281.7328

**2.11** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

**2.12** Não poderão disputar esta licitação:

**2.12.1** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**2.12.2** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**2.12.3** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**2.12.4** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**2.12.5** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**2.12.6** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**2.12.7** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**2.12.8** agente público do órgão ou entidade licitante;

**2.12.9** pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

**2.12.10** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**2.12.11** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.13** O impedimento de que trata o item 2.12.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive asua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**2.14** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.12.2 e 2.12.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**2.15** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**2.16** O disposto nos itens 2.12.2 e 2.12.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**2.17** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o



rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**2.18** A vedação de que trata o item 2.12.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**3.1** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**3.2** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**3.3** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

**3.3.1** nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não”, impedirá o prosseguimento no certame, para aqueles itens;

**3.3.2** nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não”, apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**3.4** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**3.5** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**3.6** Serão disponibilizados para acesso público, os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**3.7** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**3.7.1** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**3.7.2** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

**3.8** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**3.8.1** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**3.8.2** percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.



**MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE**  
PRAÇA GETÚLIO VARGAS – 18 –CENTRO  
SANTO ANTÔNIO DO MONTE – MG  
FONE: (37) 3281.7328

**3.9** O valor final mínimo parametrizado na forma do item possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**3.10** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**3.11** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**4.1** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**4.1.1** valor unitário e total do item;

**4.1.2** Marca;

**4.2** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**4.3** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**4.4** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**4.5** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**4.6** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**4.7** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**4.8** O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

**4.9** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução da contratação.

#### **5 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**



**MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE**  
PRAÇA GETÚLIO VARGAS – 18 –CENTRO  
SANTO ANTÔNIO DO MONTE – MG  
FONE: (37) 3281.7328

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1 Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.6.1 O julgamento das propostas será feito pelo menor preço item.

5.7 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**5.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto/fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final fechado.**

5.9.1 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser no mínimo de 0,5%.

5.9.2 A etapa de envio de lances terá duração de quinze minutos.

5.9.3 Encerrado o prazo previsto no item 5.9.2, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

5.9.4 Após a etapa de que trata o item anterior, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo ou de maior percentual de desconto e os autores subsequentes com valores ou percentuais até dez por cento superiores ou inferiores àquela, conforme o critério adotado, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.9.4.1 No procedimento de que trata o item 5.9.4, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.9.5 Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o item 5.9.4, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo, observado o item 5.9.4.1.

5.9.6 Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 5.9.4 e 5.9.5, o sistema ordenará e divulgará os lances conforme abaixo:

5.9.6.1 Ordem crescente, quando adotado o critério de julgamento por menor preço ou ordem decrescente, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.9.7 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do



**MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE**  
PRAÇA GETÚLIO VARGAS – 18 –CENTRO  
SANTO ANTÔNIO DO MONTE – MG  
FONE: (37) 3281.7328

maior lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**5.9.8** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**5.9.9** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente depois de decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**5.9.10** O Critério de julgamento adotado será o de menor preço item.

**5.9.11** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**5.9.12** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**5.9.13** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**5.9.14** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor menor ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**5.9.15** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**5.9.16** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**5.9.16.1** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**5.9.16.2** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**5.9.16.3** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**5.9.16.4** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme artigo 28 do Decreto Municipal nº 187/2024.

**5.9.16.5** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**5.9.17** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**5.9.17.1** empresas estabelecidas no território do Estado de Minas Gerais;

**5.9.17.2** empresas brasileiras;

**5.9.17.3** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**5.9.17.4** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**5.10** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer superior ao valor definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**5.10.1** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer inferior ao valor definido pela Administração.

**5.10.2** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais



**MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE**  
PRAÇA GETÚLIO VARGAS – 18 –CENTRO  
SANTO ANTÔNIO DO MONTE – MG  
FONE: (37) 3281.7328

licitantes.

**5.10.3** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

**5.10.4** O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 4 (quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, detalhada com os valores individuais de cada item e do total, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**5.10.5** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**5.11** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6 - DA FASE DE JULGAMENTO**

**6.1** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.12 do edital.

**6.2** Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**6.3** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.3 deste edital.

**6.4** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

**6.5** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**6.5.1** contiver vícios insanáveis;

**6.5.2** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

**6.5.3** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**6.5.4** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**6.5.5** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**6.6** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

## **7 - DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**7.1** Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser anexados de forma legível e visível no Portal utilizado pelo Município como sistema de disputa de Compras Eletrônicas, sob pena de inabilitação.

**7.2** Os documentos necessários à habilitação da proponente poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada, ou por servidor da Administração ou publicação em órgão de imprensa oficial. Os documentos deverão estar em plena vigência, ficando, porém, a critério do Pregoeiro solicitar as vias originais de quaisquer dos documentos, caso haja constatação de fatos supervenientes. A aceitação das certidões, quando emitidas através da Internet, ficam condicionadas à verificação de sua validade e dispensam a autenticação.



**MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE**  
PRAÇA GETÚLIO VARGAS – 18 –CENTRO  
SANTO ANTÔNIO DO MONTE – MG  
FONE: (37) 3281.7328

7.3 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.4 Os documentos acima solicitados, que não apresentarem data de validade, estes serão considerados válidos por no máximo **120 (cento e vinte) dias**, após a sua data de emissão.

7.5 Caso a licitante seja a matriz, todos os documentos apresentados deverão estar em nome da matriz. Caso seja a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.

7.6 As empresas participantes deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresente alguma restrição (art. 43 da LC 123/06 alterada pela Lei 147/2014).

7.7 Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal das empresas participantes, se microempresas, empresas de pequeno porte ou a esta assemelhadas, será assegurado às mesmas o prazo de 05 (cinco) dias úteis, e a critério da Administração, prorrogáveis por igual período; cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, nos termos do art. 43, §1º, da LC 123/06 alterada pela Lei 147/2014.

7.8 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.9 A não regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas Lei Federal nº 14.133/21.

7.10 Os documentos exigidos para habilitação que deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, **no prazo de 4 (quatro) horas**, prorrogáveis por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.11 A exigência dos documentos de habilitação somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.11.1 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.11.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.12 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.13 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.10.

7.14 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, depois de concluídos os procedimentos de que trata o subitem



anterior.

#### **7.15 HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

**7.15.1** No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**7.15.2** Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

**7.15.3** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

**7.15.4** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

**7.15.5** Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

**7.15.6** No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP, ou ainda, outros documentos definidos pelo grupo gestor do PAA - Programa de Aquisição de Alimentos nos termos do art. 2º, §3º do Decreto Federal 11.802, de 28/11/2023.

**7.15.7** No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

**7.15.8** No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembléia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

**7.15.9** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **7.16 REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA.**

**7.16.1** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

**7.16.2** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

**7.16.3** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa de Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;

**7.16.4** Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Municipais, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;

**7.16.5** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**7.16.6** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

#### **7.17 QUANTO À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA – FINANCEIRA:**

**7.17.1** Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, quando deverá ser observado, por empresa em Recuperação Judicial ou Extrajudicial o seguinte:

**7.17.1.1** Nos casos de empresa em recuperação judicial ou extrajudicial, caso a empresa seja declarada vencedora, no momento da assinatura do CONTRATO, deverá apresentar ATESTADO, emitido pelo juízo em que tramita o procedimento da recuperação judicial ou extrajudicial, certificando que a empresa



**MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE**  
PRAÇA GETÚLIO VARGAS – 18 –CENTRO  
SANTO ANTÔNIO DO MONTE – MG  
FONE: (37) 3281.7328

está apta econômica e financeiramente a suportar o cumprimento de um futuro contrato com a Administração, levando em consideração o objeto a ser licitado, JUNTO DE documento que comprove que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, na forma do art. 58 da Lei n.º 11.101/2005, sem o prejuízo de eventuais diligências da Administração junto ao juízo onde se processa a recuperação, a fim de se constatar a capacidade econômico financeira da licitante.

### **7.18 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**7.18.1** Atestado de Capacidade Técnica expedido em nome da licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o seu desempenho em fornecimento pertinente e compatível em características, prazo e qualidade com o objeto desta licitação.

**7.18.2** Comprovante de registro da empresa fabricante ou distribuidora junto ao Ministério da Saúde, Vigilância Sanitária ou órgão responsável pelo seu funcionamento;

**7.18.3** Licença de funcionamento junto à ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

### **7.19 DECLARAÇÕES**

**7.19.1** O fornecedor deverá apresentar, sob pena de desclassificação, as seguintes declarações:

**7.19.1.1** que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

**7.19.1.2** que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo.

**7.19.1.3** que não é servidor do Município de Santo Antônio do Monte/MG, bem como seus sócios, administradores, empregados e controladores não são servidores do mesmo.

**7.19.1.4** que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**7.19.1.5** que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**7.19.1.6** que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

**7.19.1.7** que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

**7.19.1.8** que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras.

**7.19.1.9** que consente com o tratamento de seus dados pessoais para a finalidade do processo público de compra para cumprimento da obrigação legal de publicidade, a garantia da lisura, e prevenção à fraude dos atos públicos, de acordo com a Lei Federal nº 13.709/2018, e que o tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de compra se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

**7.19.2** O atendimento ao subitem 7.19.1 poderá ser através da apresentação de **Declaração Unificada**, junto à plataforma do sistema eletrônico, no momento da inserção da proposta de preço inicial, conforme modelo constante do anexo II deste edital.

**7.19.3** A falsidade das declarações de que tratam os itens 7.19.1.3 ou 7.19.1.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**7.19.4** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8 - DOS RECURSOS**



**MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE**  
PRAÇA GETÚLIO VARGAS – 18 –CENTRO  
SANTO ANTÔNIO DO MONTE – MG  
FONE: (37) 3281.7328

**8.1** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.2** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**8.3** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**8.3.1** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**8.3.2** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**8.4** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**8.5** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**8.6** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**8.7** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**8.8** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**8.9** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**8.10** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: <https://santoantoniodomonte.atende.net/autoatendimento/servicos/consulta-de-licitacoes/detalhar/1>.

## **9 - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**9.1** O licitante e a contratada que incorram nas infrações previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, apuradas em regular processo administrativo, sujeitam-se às sanções previstas no art. 156 da mesma Lei.

**9.2** A aplicação das sanções pelo cometimento de infração será precedida do devido processo administrativo, com garantias de contraditório e de ampla defesa.

**9.2.1.** A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

**9.2.1.1** descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

**9.2.1.2** inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

**9.2.2.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, àquele que:

**9.2.2.1** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**9.2.2.2** dar causa à inexecução total do contrato/ata;

**9.2.2.3** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**9.2.2.4** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**9.2.2.5** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando



**MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE**  
PRAÇA GETÚLIO VARGAS – 18 –CENTRO  
SANTO ANTÔNIO DO MONTE – MG  
FONE: (37) 3281.7328

convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**9.2.2.6** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

**9.2.2.7.** Considera-se inexecução total do contrato:

**9.2.2.7.1** recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada;

**9.2.2.7.2** recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração também caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida.

**9.2.3** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:

**9.2.3.1** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o Pregão Eletrônico ou a execução do contrato;

**9.2.3.2** fraudar a Pregão Eletrônico ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;  
comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**9.2.3.3** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**9.2.3.4** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**9.2.4** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento do processo de pregão, mesmo após o encerramento da fase de lances:

**9.2.5** A sanção prevista no item 9.2.3, aplicada por qualquer ente do estado de Minas Gerais, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública do Município de Santo Antônio do Monte, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**9.3** Poderá ser aplicada multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado.

**9.4** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

**9.5** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**9.6** A aplicação das sanções previstas neste edital de Pregão Eletrônico não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

**9.7** Na aplicação das sanções serão considerados:

**9.7.1** a natureza e a gravidade da infração cometida;

**9.7.2** as peculiaridades do caso concreto;

**9.7.3** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**9.7.4** os danos que dela provierem para a Administração Pública.

**9.8** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

## **10 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**10.1** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**10.2** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**10.3** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, em campo



próprio na plataforma [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

**10.4** A impugnação deverá ser dirigida ao Pregoeiro, e conter o nome completo do responsável, indicação da modalidade e número do certame, a denominação social da empresa, número do CNPJ, telefone e endereço eletrônico para contato.

**10.5** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**10.5.1** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

**10.6** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **11 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

**11.1** Esgotados todos os prazos recursais, a Administração homologará o processo licitatório e convocará o representante legal da empresa licitante para assinar a ata de registro de preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias contados da data da convocação, sob pena de decair do direito de ter seu produto registrado, nos termos do Art. 90, da Lei Federal nº 14.133/21 e sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da mesma Lei.

**11.2** O prazo referido no item anterior poderá ser prorrogado por igual período desde que haja solicitação expressa do detentor, e motivo justificado.

**11.3** Uma vez assinada a Ata de Registro de preços, assume o REGISTRADO o compromisso de atender durante o prazo de vigência do respectivo registro de preços os pedidos realizados pela Administração, quando então será celebrado o respectivo contrato ou instrumento equivalente, estabelecendo quantidades, prazos de entrega e demais características dos produtos e/ou dos serviços a serem prestados.

**11.3.1** Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

**11.4** Será registrado apenas o valor do vencedor da disputa para o respectivo item.

**11.5** A partir da assinatura da ata de registro de preços, a licitante se obriga a cumprir, na sua íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeita, inclusive as penalidades pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

**11.6** A existência de preços registrados implicará compromisso do fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

**11.7** A Ata de Registro de Preços terá sua vigência iniciada na data da sua assinatura, que se estenderá pelo período de 12 (doze) meses; poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do Artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/21.

**11.8** Para efeitos de garantia dos produtos, será considerado a validade do mesmo, sendo que na entrega, estes deverão apresentar no mínimo 90%(noventa por cento) da sua vida útil após a data de fabricação.

**11.9** A Ata de Registro de Preços será tramitada pelo Setor de Contratos e com os Gestores do Contrato, conforme abaixo, devendo todos os assuntos pertinentes ser tratados diretamente nos respectivos setores.  
- Secretaria Municipal de Saúde: Gestor de Contratos; Carla Lorena Santos Silva, Av. Tancredo Neves, 580, Bairro Senhora de Fátima e Fiscal de Contratos Stephanie Ribeiro Beirigo/Carlúcia Costa Fonseca.



## **12 - DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**12.1** O preço registrado poderá, justificadamente, ser objeto de reequilíbrio econômico- financeiro, para mais ou para menos.

**12.1.1** Quando o preço de mercado se tornar inferior aos preços registrados, a Administração adotará as seguintes providências:

**12.1.1.1** Convocação do Detentor visando à negociação para redução dos preços e sua adequação aos praticados pelo mercado;

**12.1.1.2** Liberar o Detentor do compromisso assumido, e cancelar o seu registro, quando frustrada a negociação, respeitados os contratos já firmados;

**12.1.1.3** Convocação dos demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

**12.1.2** Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, o requerimento/proposta, devidamente comprovado e justificado, de equilíbrio econômico-financeiro para mais, deverá partir do fornecedor; que deverá ser feito acompanhada de documentos, tais como notas fiscais de aquisição e/ou outros insumos, bem como outros documentos legais emitidos por órgãos governamentais, alusivos à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro; sendo de responsabilidade exclusiva da contratada o fornecimento desses documentos.

**12.1.2.1** A solicitação acima será objeto de análise por parte do Gestor de Contratos, sendo facultada a aceitação ou não do pedido de revisão e posteriormente encaminhado ao setor do contrato.

## **13 - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

**13.1** Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

**13.2** Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

**13.2.1** “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

**13.2.2** “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

**13.2.3** “prática colusivas”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

**13.2.4** “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

**13.2.5** “prática obstrutiva”: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista neste edital e nas cláusulas do Contrato; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

**13.3** Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

**13.4** Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de



execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

#### **14 - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

**14.1** - As PARTES obrigam-se a proteger os dados pessoais de que terão acesso em função desta contratação, bem como a cumprir todas determinações da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e dos órgãos reguladores/fiscalizadores da matéria, atuando em perfeita conformidade com as políticas de proteção de dados pessoais existentes.

**14.2** - As PARTES, quando for o caso, deverão possibilitar o exercício dos direitos do titular dos dados pessoais, conforme legislação brasileira vigente, comprometendo-se a informá-lo sobre as regras, diretrizes e finalidades de tratamento de seus dados pessoais no âmbito da realização das atividades decorrentes deste instrumento.

**14.3** - A CONTRATADA deverá manter sigilo em relação aos dados pessoais tratados em virtude deste instrumento, garantindo que todos os seus empregados estejam comprometidos e sujeitos ao dever de confidencialidade, bem como devidamente instruídos e capacitados para o tratamento de dados pessoais.

**14.3.1** - O dever de confidencialidade mantém-se ainda que a relação entre as partes venha a ser extinta, independentemente dos motivos que derem causa à sua extinção.

**14.4** - Qualquer ocorrência de violação do sigilo dos dados deve ser imediatamente comunicada à outra parte, sendo que todas as apurações e medidas de contenção, incluindo aquelas especificadas na legislação competente acerca da matéria, devem ser tomadas, de forma imediata, a fim de minimizar danos.

**14.5** - Os dados pessoais da CONTRATADA, assim como das demais pessoas vinculadas à execução deste instrumento, passarão a constar nas interfaces da CONTRATANTE como forma de permitir o perfeito cumprimento deste objeto.

**14.6** - A CONTRATANTE atuará em perfeita sintonia à proteção dos dados pessoais, sendo que todos os procedimentos necessários ao fiel cumprimento da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

**14.7** - Os documentos apresentados pelas licitantes durante a fase de seleção do fornecedor, que contenham dados pessoais, poderão ser compartilhados com as demais licitantes quando seu acesso for relevante para a interposição de recursos ou para a preservação do princípio da publicidade das licitações.

#### **15 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**15.1** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**15.2** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**15.3** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**15.4** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**15.5** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa



**MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE**  
PRAÇA GETÚLIO VARGAS – 18 –CENTRO  
SANTO ANTÔNIO DO MONTE – MG  
FONE: (37) 3281.7328

entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**15.6** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**15.7** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**15.8** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**15.9** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**15.10** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no Portal Transparência, através do endereço eletrônico [www.samonte.mg.gov.br](http://www.samonte.mg.gov.br) ou [santoantoniodomonte.atende.net](http://santoantoniodomonte.atende.net), e na Plataforma Portal de Compras Públicas através do endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

**15.11** Os Trabalhos serão conduzidos por Servidor do Município de Santo Antônio do Monte, denominado Agente de Contratação/Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo da “Portal de Compras Públicas” constantes da página eletrônica da [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

**15.12** Mais informações referente este Pregão Eletrônico poderá ser solicitado por e-mail: [compras@samonte.mg.gov.br](mailto:compras@samonte.mg.gov.br) ou [licitacao@samonte.mg.gov.br](mailto:licitacao@samonte.mg.gov.br) ou pelo telefone (37) 3281-7328.

Santo Antônio do Monte, 09 de Junho de 2026.

**Maria Aparecida de Oliveira**  
**Diretora de Licitações e Contratos**



## **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

**PROCESSO Nº:** 065/2026

**EDITAL Nº:** 033/2026

**MODALIDADE:** Pregão Eletrônico

### **1 - DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

**1.1** O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de itens frustrados e/ou fracassados no Processo 128/2025 de materiais médico-hospitalares e novas necessidades, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, conforme relatório de itens e demais condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

**1.2** No Relatório de Itens anexo, parte integrante deste, encontra-se o valor unitário máximo que o Município irá contratar.

**1.3** O prazo total de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogada, por igual período, na forma do artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/21.

**1.4** O prazo foi estabelecido com base nas necessidades do município de Santo Antônio do Monte.

**1.5** Há possibilidade de prorrogação da ata de registro de preços, desde que justificada e previamente autorizada pela Administração, respeitando os limites estabelecidos na legislação vigente.

**1.6** As condições para prorrogação serão estabelecidas observando a necessidade de continuidade do fornecimento dos serviços ou aquisição dos bens e os limites legais.

### **2 - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**2.1** A contratação é necessária para solucionar os seguintes problemas, alinhados com o interesse público:

**2.1.1.** A Atenção Primária à Saúde (APS) é reconhecida como a principal porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS). Seu papel é oferecer atendimento abrangente, acessível e baseado na comunidade, sendo capaz de atender entre 80% a 90% das necessidades de saúde de um indivíduo. Entre os serviços prestados pela APS estão a promoção da saúde, prevenção de doenças, diagnóstico precoce, tratamento e o manejo de condições crônicas. A APS deve ser o serviço mais acessível ao cidadão, atuando como o primeiro ponto de contato com o sistema de saúde. Além disso, exerce papel fundamental na educação em saúde, orientação da população e no monitoramento de indicadores de saúde pública. Para que as unidades que compõem a atenção básica possam desempenhar suas funções com eficácia, torna-se essencial a aquisição de materiais médico-hospitalares, que são instrumentos fundamentais para a realização das ações de saúde, como atendimentos clínicos, procedimentos de enfermagem e ações de prevenção. Atualmente, o município conta com 12 equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF) cadastradas no Ministério da Saúde, além das equipes de apoio que atuam na zona rural, considerando-se a vasta extensão territorial do município. Diante desse cenário, é necessário garantir a reposição contínua dos insumos e a manutenção de estoque de segurança, com o objetivo de assegurar a continuidade dos serviços prestados à população. A implementação de ações voltadas à melhoria das condições de assistência à saúde, com foco na promoção da qualidade de vida, depende da disponibilidade adequada de materiais. A ausência desses insumos pode comprometer o atendimento, agravar quadros clínicos e gerar internações evitáveis, aumentando a demanda nas unidades hospitalares e os custos para o sistema de saúde. A contratação de empresas especializadas para o fornecimento regular desses insumos é, portanto, primordial para suprir as necessidades das unidades de saúde e garantir o adequado funcionamento da rede de atenção básica. Os materiais objeto desta compra são fundamentais para que os profissionais de saúde possam exercer suas atividades no atendimento à população desta municipalidade, assegurando o pleno funcionamento das unidades. Esses insumos serão utilizados diretamente nos atendimentos médicos e de enfermagem, sendo, portanto, indispensáveis para a oferta de serviços de saúde com qualidade, eficiência e continuidade. Ressalta-se que tais itens já foram objeto de aquisição no processo licitatório nº 128/2025; contudo, resultaram em fracassados ou desertos. Destaca-se que esses materiais são primordiais para o atendimento aos pacientes, incluindo itens que são dispensados para uso domiciliar, como as sondas nasogástricas utilizadas para a administração de dietas.



**MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE**  
PRAÇA GETÚLIO VARGAS – 18 –CENTRO  
SANTO ANTÔNIO DO MONTE – MG  
FONE: (37) 3281.7328

Ademais, incluem-se materiais de proteção aos servidores, tais como luvas e máscaras, considerando que estes lidam diretamente com materiais biológicos durante a realização de procedimentos, como curativos, por exemplo.

2.1.2 A UPA é considerada um estabelecimento de saúde de complexidade intermediária, articulada com a atenção básica, com o serviço de atendimento móvel de urgência – SAMU 192, com a atenção domiciliar e atenção hospitalar, compondo em conjunto com esses serviços uma organizada Rede de Atenção às Urgências (RAU), sendo a unidade do município enquadrada na classificação porte I, opção III. A aquisição dos materiais médico hospitalares fracassados e/ou desertos no Processo nº 128/2025 (Pregão eletrônico nº 73/2025) para abastecer a Unidade de Pronto Atendimento é de fundamental importância na prestação dos serviços realizados, como atendimentos e procedimentos médicos e de enfermagem, dentre eles atendimento de urgência e emergência, serviços de apoio diagnóstico e terapêutico de acordo com a sua complexidade como administração de medicamentos, suturas, curativos, sondagem, pequenas cirurgias, imobilizações, vacinas, serviços de ortopedia, pediatria, dentre outros, assim como na proteção dos colaboradores visando à prevenção de contaminação no ambiente laboral, sendo também imprescindíveis para a desinfecção dos ambientes, de modo a manter condições adequadas de salubridade. Foi realizado o levantamento da quantidade a ser requisitada para um período de 12 (doze) meses, conforme requisição nº 118/2026 considerando o consumo médio mensal do ano anterior, acrescentando uma margem de segurança de 25% devido à flutuação do número de atendimentos e por ser um serviço de urgência e emergência inviabilizando uma previsão exata. Foi requisitada uma quantidade mínima daqueles materiais que possuem um consumo médio mensal baixo, levando-se em consideração o planejamento para não comprometer a manutenção do estoque e serviços prestados pela unidade. A falta dos materiais médico hospitalares pode significar a interrupção nos atendimentos, pois são preciosos, necessários e indispensáveis para a prestação dos serviços realizados na unidade, impactando diretamente nos atendimentos dos usuários e comprometendo a eficiência e a eficácia dos serviços de saúde oferecidos por esta unidade, evidenciando a necessidade da contratação do objeto.

2.1.3 A aquisição de materiais médico-hospitalares é necessária para atender às demandas do Serviço de Atenção Domiciliar (SAD), considerando que o setor executa ampla gama de serviços de saúde prestados no domicílio do paciente. O SAD é um modelo assistencial que visa à desospitalização precoce de pacientes internados, quando há possibilidade de continuidade do cuidado em casa, além de evitar hospitalizações por meio da administração domiciliar de medicamentos. Caracteriza-se por um conjunto de ações realizadas no domicílio, tais como soroterapia, antibioticoterapia, curativos complexos (graus III e IV), atendimento pós-cirúrgico, reabilitação e cuidados paliativos, oncológicos ou não. O atendimento domiciliar proporciona maior conforto ao paciente, por permanecer próximo à família, favorece uma assistência mais humanizada e contribui para a redução do risco de infecção hospitalar, ao encurtar ou evitar períodos de internação. Ademais, o acompanhamento contínuo por equipe multiprofissional, que conta inclusive com médico, reduz a necessidade de deslocamentos frequentes a hospitais ou Unidades de Pronto Atendimento. Dessa forma, a aquisição dos materiais é essencial para que os profissionais possam desempenhar suas atividades junto a pacientes acamados, oncológicos, portadores de doenças crônicas degenerativas agudizadas, pessoas em cuidados paliativos, idosos com limitações funcionais e demais usuários que necessitam de terapias intravenosas em domicílio. Ressalta-se que os materiais de consumo objeto da presente contratação, anteriormente fracassados em processo licitatório, constituem itens básicos e indispensáveis ao pleno funcionamento do serviço, sendo utilizados diretamente nos atendimentos médicos e de enfermagem, assegurando a continuidade, a segurança e a qualidade da assistência prestada.

2.2 Os materiais de saúde constituem itens de necessidade básica para o pleno funcionamento dos setores e serão utilizados diretamente na realização dos atendimentos médicos e de enfermagem sendo, desse modo, essenciais para a oferta de serviços de saúde com qualidade.

2.3 Os benefícios esperados com a contratação incluem, melhoria na eficiência e qualidade na prestação dos serviços à população e no que couber melhorar o índice de desenvolvimento humano.

2.4 Com o objetivo de atender às demandas dos setores e permitir um melhor gerenciamento de aquisições, sem prejuízo da eficiência dos recursos aplicados, justifica-se o registro de preço quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidades de contratações frequentes ou quando, pela



natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

**2.5** A referência de marca apresentada nos itens se justifica na especificação do objeto que atenda às necessidades deste Município, utilizando apenas como instrumento de identificação, não havendo preferência pela marca, mas pelo objeto que apresente eficiência no desenvolvimento das atividades pertinentes, levando em consideração que o produto de melhor qualidade se torna mais econômico.

### **3 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

**3.1** Aquisição e implementação: O processo de aquisição e implementação do objeto envolverá a seleção de fornecedores por meio de processo licitatório, conforme legislação vigente. Após a seleção, os fornecedores deverão efetuar o fornecimento conforme contratado.

**3.2** Monitoramento e avaliação: O desempenho da contratação e do objeto adquirido será monitorado e avaliado por meio do cumprimento dos prazos estabelecidos na ata de registro de preços e pela entrega do objeto de acordo com o estabelecido em edital. O órgão responsável pela contratação deverá realizar o acompanhamento e a fiscalização das atividades, garantindo que os bens adquiridos atendam às expectativas e necessidades do órgão.

**3.3** Os itens definidos devem estar alinhados aos regulamentos da ANVISA, permitindo a conferência visual e integridade das embalagens, prazos de validade e controle de lotes.

### **4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**4.1** Requisitos técnicos e funcionais: Os requisitos técnicos e funcionais do objeto da contratação incluem as características e especificações necessárias para atender adequadamente às necessidades do Município, devendo atender aos padrões de qualidade e desempenho inerentes ao item.

**4.2** Requisitos legais e regulatórios: A contratação deverá atender aos requisitos legais e regulatórios aplicáveis, como a Lei 14.133/21, as normas técnicas específicas do setor, as regulamentações ambientais pertinentes e outras legislações e regulamentações aplicáveis ao objeto da contratação.

**4.3** Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**4.4** Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

**4.4.1** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**4.5** Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

**4.6** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

**4.7** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**4.8** Prova de regularidade com a Corregedoria-Geral da Justiça e Trabalho (CNDT)

**4.9** Demais documentos solicitados no edital da licitação.

### **5 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**5.1** A empresa contratada após a assinatura da Ata de Registro de Preços, deverá tomar as medidas necessárias, a mobilização de recursos e a implementação das atividades iniciais conforme acordado, para que o fornecimento seja realizado imediatamente após o recebimento da Ordem de Compra.

**5.2** A gestão e a fiscalização do contrato acompanharão o desempenho dos fornecedores, a fim de garantir que os objetivos sejam atendidos.

**5.3** O processo de comunicação entre a Administração e a empresa contratada poderá ser por telefone e-



mail ou reuniões periódicas presenciais ou por videoconferência para discutir o andamento do contrato e/ou eventuais problemas e soluções.

**5.4** Competem ao gestor do contrato exercer a administração do contrato, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais sejam, verificar se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, acompanhar o prazo de vigência do contrato, verificar a necessidade e possibilidade da renovação/prorrogação, bem como estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico-financeiro e da celebração dos respectivos termos aditivos, etc.

**5.5** Compete ao fiscal do contrato identificado exercer a verificação concreta do objeto, devendo o servidor designado verificar a qualidade e procedência do objeto respectivo, encaminhar informações ao gestor do contrato, atestar documentos fiscais, exercer o relacionamento necessário com a contratada, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, etc.

**5.5.1** O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**5.5.2** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

## **6 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

**6.1** Para a referida contratação, referente à aquisição dos itens, o pagamento será realizado conforme o fornecimento, com base no valor da proposta vencedora, em até 30(trinta) dias após a entrega efetiva.

**6.2** A empresa contratada deverá apresentar à Administração os seguintes documentos como comprovantes da entrega dos produtos:

**6.2.1** Notas fiscais referentes aos produtos fornecidos, devidamente discriminados e em conformidade com os valores e condições estabelecidos no contrato.

**6.3** Recibos de entrega dos produtos, assinados por representantes da empresa contratada e da Administração, atestando a conformidade dos itens entregues com as especificações e requisitos do contrato.

**6.4** Os pagamentos serão efetuados após a verificação e aprovação dos documentos apresentados pela empresa contratada e a constatação da conformidade dos produtos fornecidos com as exigências do contrato.

**6.5** A nota fiscal apresentada deve conter a retenção do Imposto de Renda atendendo a Instrução Normativa RFB 1234/2012, alterada pela IN RFB 2145/2023, quando for o caso.

## **7 - FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**7.1** Considerando o valor estimado e a natureza das contratações, a modalidade de licitação adequada é o Pregão Eletrônico, conforme previsto na Lei 14.133/2021.

**7.2** Para a seleção do fornecedor, serão utilizados o seguinte tipo de licitação:

**7.2.1** Para a referida contratação, cujo objeto é o fornecimento conforme Relatório de Itens, será utilizado o critério de "menor preço item".

**7.2.1.1** Os valores balizadores de preços foram adquiridos através de cotações em banco de preços e internet.

**7.3** Documentos e requisitos para habilitação: Os fornecedores deverão apresentar os seguintes documentos e requisitos:

**7.3.1** Habilitação jurídica: atos constitutivos e suas alterações, inscrição no CNPJ e demais documentos que comprovem a constituição regular da empresa.

**7.3.2** Regularidade fiscal e trabalhista: CNPJ, certidões negativas de débitos relativos a tributos federais, estaduais, municipais e previdenciários, CR FGTS bem como de débitos trabalhistas (CNDT).

**7.3.3** Qualificação técnica: comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com as contratações por meio de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público



ou privado.

**7.3.4** Qualificação econômico-financeira: certidão negativa de falência ou recuperação judicial.

**7.3.5** As propostas apresentadas pelos fornecedores serão avaliadas e comparadas levando em conta os seguintes critérios:

**7.3.5.1** Adequação às especificações e requisitos estabelecidos no Termo de Referência.

a) Vantajosidade, considerando o valor proposto em relação aos benefícios ofertados.

b) Economicidade, considerando a eficiência na alocação de recursos públicos.

c) Sustentabilidade, considerando o impacto ambiental e a utilização de práticas sustentáveis.

**7.3.6** Em caso de empate, serão aplicados os seguintes critérios de desempate, conforme previsto na legislação:

**7.3.6.1** Ordem de classificação das microempresas e empresas de pequeno porte, conforme critérios previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

**7.3.6.2** Sorteio, quando os critérios acima não forem suficientes para definir o vencedor.

## **8-DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

**8.1** - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Anual do Município.

## **9- ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

**9.1** As especificações e descrições, bem como requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança estão descritos no relatório de itens, anexa a este processo.

## **10- DOS LOCAIS E PRAZO DE ENTREGA**

**10.1** Os produtos solicitados **somente serão recebidos nos locais constantes da Ordem de Compra**, no prazo máximo de até 20 (vinte) dias, de segunda a sexta-feira no horário de 08:00 às 15:00 horas, acompanhada da respectiva nota fiscal.

**10.2** Os produtos devem ter, na data da entrega, prazo de validade mínimo de 24 (vinte e quatro) meses ou terem no máximo 10% de sua vida útil consumida, tempo este verificado com base na data de fabricação do produto.

**10.2.1** Os produtos serão recebidos provisoriamente, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado do recebimento do objeto na sede da contratante pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

**10.2.2** Para efeito de recebimento provisório, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade em consonância com a descrição do item.

**10.3** O Contratado fica obrigada a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes do fornecimento, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento na nota fiscal até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório

**10.4** Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes nos elementos técnicos, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**10.5** O recebimento provisório ou definitivo não ecluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **11 ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA OU VALIDADE MÍNIMA EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO.**

**11.1.** A garantia dos produtos, tanto a legal quanto a contratual, deve ser a mínima prevista no CDC.

## **12-DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO**

**12.1** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as



**MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE**  
PRAÇA GETÚLIO VARGAS – 18 –CENTRO  
SANTO ANTÔNIO DO MONTE – MG  
FONE: (37) 3281.7328

normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

**12.2** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

**12.3** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

**12.4** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

**12.5** O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

**12.6** O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

**12.7** Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei 14.133/21, art. 121, caput).

**12.8** A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

**12.9** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**12.10** O Município poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**12.11** Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

**12.12** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste termo de referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

Santo Antônio do Monte, 09 de Junho de 2026.

**Maria Aparecida de Oliveira**  
**Diretora de Licitações e Contratos**



**MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE**  
PRAÇA GETÚLIO VARGAS – 18 –CENTRO  
SANTO ANTÔNIO DO MONTE – MG  
FONE: (37) 3281.7328

**ANEXO II – DECLARAÇÃO UNIFICADA (MODELO)**

Ao MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE

Referência: Edital Pregão Eletrônico nº 033/2026

Processo 065/2026

A Empresa \_\_\_\_\_, devidamente inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, com endereço na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_ na cidade de \_\_\_\_\_ Estado do \_\_\_\_\_ telefone (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ - por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr (a) \_\_\_\_\_, inscrito (a) no CPF nº \_\_\_\_\_ e RG nº \_\_\_\_\_,DECLARA expressamente:

- a) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- b) que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;
- c) que não é servidor do município de Santo Antônio do Monte, bem como seus sócios, administradores, empregados e controladores não são servidores do mesmo.
- d) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- e) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- f) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- g) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
- h) que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
- i) que consente com o tratamento de seus dados pessoais para a finalidade do processo público de compra para cumprimento da obrigação legal de publicidade, a garantia da lisura, e prevenção à fraude dos atos públicos, de acordo com a Lei Federal nº 13.709/2018, e que o tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de compra se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data.

(Assinatura, RG e CPF do declarante)

Representante Legal



**MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE**  
PRAÇA GETÚLIO VARGAS – 18 –CENTRO  
SANTO ANTÔNIO DO MONTE – MG  
FONE: (37) 3281.7328

**ANEXO III – MODELO PROPOSTA DE PREÇOS**  
**(ESTE MODELO DE PROPOSTA DEVERÁ SER PREENCHIDO PELO LICITANTE**  
**VENCEDOR)**

**Ao MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE**  
**Referência: Edital Pregão Eletrônico nº 033/2026**  
**Processo 065/2026**

**Razão Social:**

**CNPJ:**

**Endereço:**

**E-mail:**

**Agência:**

**Conta Bancária nº:**

**Telefone:**

**Banco:**

**Apresentamos nossa proposta de preços para o (s) item (s) abaixo detalhado (s):**

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

O valor total proposto para de R\$ (XXXXXXXXXX).

Validade da proposta: 90 (noventa) dias.

Prazo de entrega: Conforme Edital.

Local e data.

**(Assinatura, RG e CPF do declarante)**  
**Representante Legal**



**MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE**  
PRAÇA GETÚLIO VARGAS – 18 –CENTRO  
SANTO ANTÔNIO DO MONTE – MG  
FONE: (37) 3281.7328

**ANEXO IV – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**PROCESSO Nº 065/2026**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2026**

O MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na cidade de Santo Antônio do Monte, MG, sito à Praça Getúlio Vargas, 18, Centro CNPJ nº 16.870.974/0001-66, neste ato, representado pelo Senhor , brasileiro, inscrito no CPF/MF sob nº XXX.\*\*\*.\*\*\*.-XX portador da Carteira de Identidade RG , doravante denominado CONTRATANTE; e do outro lado a empresa a seguir descrita e qualificada, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 187/24 e 196/2024 e demais legislações aplicáveis, bem como as exigências do Edital; conforme documento de credenciamento ou procuração inserta nos autos, resolve registrar os preços, conforme decisão exarada no Processo Licitatório Modalidade Pregão Eletrônico nº 033/2026, consoante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO**

**1.1** O objeto do processo licitatório, que deu origem à presente Ata é o Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de itens frustrados e/ou fracassados no Processo 128/2025 de materiais médico-hospitalares e novas necessidades, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, conforme relatório de itens e demais condições estabelecidas neste edital e seus anexos, que juntamente com a proposta da DETENTORA, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, passam integrar este instrumento, independente de transcrição.

**1.2** A empresa , com sede na cidade de , sito à , inscrita no CNPJ/MF sob nº , representada por seu Procurador , inscrito no CPF/MF sob nº XXX.\*\*\*.\*\*\*.-XX ortador da Carteira de Identidade RG nº doravante denominada DETENTORA, obriga-se a fornecer à Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Monte (MG), de acordo com as solicitações feitas pela CONTRATANTE, os lotes a seguir:

QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

**1.3** O objeto deste instrumento deverá estar de acordo com as condições e características contidas no Pregão Eletrônico nº 033/2026, com a proposta da DETENTORA, com a Lei Federal nº 14.133/2021 e com as cláusulas desta Ata de Registro de Preços, bem como as demais leis pertinentes.

**1.4** Após assinar a Ata de Registro de Preços, a licitante detentora deverá manter sua condição de habilitação e proposta durante o período de vigência da mesma.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**2.1** As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, correrão à conta das dotações orçamentárias constantes do orçamento anual.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

**3.1** A ata de registro de preços terá sua vigência iniciada na data da sua assinatura, que se estenderá até // , podendo ser prorrogada, por igual período, na forma do artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/21.

**3.2** Para efeitos de garantia dos produtos; o prazo de vigência dos contratos se dará até o término da garantia ofertada pela CONTRATADA, conforme descrito na Proposta de Preços.

**CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

**4.1** O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo do edital.



#### **CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS E DO PAGAMENTO**

**5.1** O preço para a fornecimento é o constante da cláusula primeira, entendido como justo e suficiente para a total execução do objeto.

**5.2** No valor definido estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**5.3** O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência anexo do edital.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DOS REAJUSTES**

**6.1** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses.

**6.2** O preço registrado poderá, justificadamente ser objeto de reequilíbrio econômico-financeiro, para mais ou para menos, observados os requisitos constantes no item 12 do Pregão Eletrônico nº 033/2026. A revisão de preços registrados deverá ser solicitado ao Gestor do Contrato e/ou Fiscal do Contrato.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA SOLICITAÇÃO DOS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS**

**7.1** O fornecimento, registrado nesta Ata se darão através de Ordem de Compra, emitida pelo Departamentamento de Compras e Licitações.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**8.1** O licitante e a contratada que incorram nas infrações previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, apuradas em regular processo administrativo, sujeitam-se às sanções previstas no art. 156 da mesma Lei.

**8.2** A aplicação das sanções pelo cometimento de infração será precedida do devido processo administrativo, com garantias de contraditório e de ampla defesa.

**8.2.1** A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

a) descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

b) inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

**8.2.2** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, àquele que:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b) dar causa à inexecução total do contrato;

c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

**8.2.3** Considera-se inexecução total do contrato

a) recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada;

b) recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração também caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida.

**8.2.4** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a Pregão Eletrônico ou a execução do contrato;

b) fraudar a Pregão Eletrônico ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



**MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE**  
PRAÇA GETÚLIO VARGAS – 18 –CENTRO  
SANTO ANTÔNIO DO MONTE – MG  
FONE: (37) 3281.7328

- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
  - e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 8.2.5** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento do processo de pregão, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 8.2.6** A sanção prevista no item 8.2.4, aplicada por qualquer ente da Federação, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública do Município de Santo Antônio do Monte, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6(seis) anos.
- 8.2.7** Poderá ser aplicada multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado.
- a) Para as infrações previstas no item 8.2.2, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado;
  - b) Para as infrações previstas no item 8.2.4, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado;
- 8.2.8** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 8.2.9** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 8.2.10** A aplicação das sanções previstas neste edital de Pregão Eletrônico não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.
- 8.3** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 8.3.1** a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - 8.3.2** as peculiaridades do caso concreto;
  - 8.3.3** as circunstâncias agravantes ou atenuantes; os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 8.4** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

## **CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES**

**9.1** A CONTRATANTE obrigará-se-á:

- 9.1.1** Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes da presente contratação, consoante estabelece a Lei Federal nº 14.133/21; e demais normas editalícias;
- 9.1.2** Fiscalizar e acompanhar o recebimento do objeto deste Pregão Eletrônico, através dos Responsáveis pela Fiscalização e Recebimento;
- 9.1.3** Comunicar a CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução da contratação, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;
- 9.1.4** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e nesta Ata de Registro de Preços. Providenciar os pagamentos a CONTRATADA à vista das Notas Fiscais Eletrônicas / Fatura devidamente atestado; nos prazos fixados;
- 9.1.5** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução da ata de registro de preços, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**9.2** A CONTRATADA obrigará-se-á:

- 9.2.1** Fornecer o objeto a ser contratado, cumprindo todas as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas;
- 9.2.2** Comunicar imediatamente eventuais atrasos na entrega do objeto, fundamentando justificadamente e documentalmente os seus motivos; para posterior análise da CONTRATANTE; ficando a seu exclusivo critério a aceitabilidade; independente de aplicação das penalidades previstas em lei;
- 9.2.3** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;



**MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE**  
PRAÇA GETÚLIO VARGAS – 18 –CENTRO  
SANTO ANTÔNIO DO MONTE – MG  
FONE: (37) 3281.7328

- 9.2.4** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.2.5** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.2.6** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto contratado;
- 9.2.7** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.2.8** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, nos termos do Art. 119, da Lei Federal nº 14.133/21;
- 9.2.9** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.2.10** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do objeto contratado;
- 9.2.11** Manter durante toda a execução do objeto contratado todas as condições exigidas para a habilitação ou para a qualificação, nos termos do Art. 92, inciso XVI da Lei Federal nº 14.133/21;
- 9.2.12** No ato do pagamento, a Contratada deverá apresentar a Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certificado de Regularidade de Situação do FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, com prazo vigente, junto à Tesouraria deste Município, a fim de comprovar sua idoneidade;
- 9.2.13** Acatar todas as demais condições e assumir as obrigações contidas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA: DA GARANTIA**

**10.1.** A Contratada se obriga prestar garantia dos produtos, quando cabível, na forma da Lei, assegurando a substituição ou reparo em caso de defeitos de fabricação ou vícios de qualidade, garantindo a segurança dos pacientes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO**

**11.1** A fiscalização sobre a execução das contratações da presente licitação se dará conforme as atribuições constantes na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 187/2024.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**12.1** A Ata de Registro de Preços pode ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo nela fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**12.1.1** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**12.1.2** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir a ata de registro de preços.

**12.1.3** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**12.2** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

**12.2.1** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**12.2.2** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**12.2.3** Indenizações e multas;

**12.3** A extinção da Ata de Registro de Preços, não configura óbice para o reconhecimento do



desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS ALTERAÇÕES**

**13.1** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**13.2** Registros que não caracterizam alteração da Ata de Registro de Preços podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA PUBLICAÇÃO**

**14.1** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no Portal Transparência, através do endereço eletrônico: <https://santoantoniodomonte.atende.net/transparencia/>.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

**15.1** Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

**15.2** Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) “prática colusivas”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) “prática obstrutiva”: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste contrato; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

**15.3** Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

**15.4** Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do objeto contratado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**16.1** O Município não se obriga a contratar exclusivamente pela Ata de Registro de Preços, podendo cancelar, ou promover licitação específica, quando julgar conveniente nos termos da legislação específica, sem que caiba recurso por parte de detentor.

**16.2** Os dados da Ata de Registro de Preços são decorrentes do Pregão Eletrônico nº 033/2026.



**MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE**  
PRAÇA GETÚLIO VARGAS – 18 –CENTRO  
SANTO ANTÔNIO DO MONTE – MG  
FONE: (37) 3281.7328

**16.3** Os casos omissos relativos à execução do contrato serão resolvidos pelas partes, com a estrita observância das disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e legislação complementar aplicável à espécie.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – DO FORO**

**17.1** As partes elegem o Foro da Comarca de Santo Antônio do Monte, Estado de Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências, que poderão advir da presente Ata de Registro de Preços;

**17.2** E assim, por estarem justos e contratados, firmam a presente Ata de Registro de Preços, para que surta os jurídicos e legais efeitos; em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo arroladas:

Santo Antônio do Monte/MG, de            de 2026.

---

**Leonardo Lacerda Camilo**  
**Prefeito Municipal**

---

**Detentora da Ata**

#### **TESTEMUNHAS:**

**RG:**

**CPF: XXX.\*\*\*.\*\*\*.-XX**

**RG:**

**CPF: XXX.\*\*\*.\*\*\*.-XX**



**MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE**  
PRAÇA GETÚLIO VARGAS – 18 –CENTRO  
SANTO ANTÔNIO DO MONTE – MG  
FONE: (37) 3281.7328

**ANEXO V**

**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

**Ao Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Monte**

**Referente ao Edital de Licitação Pregão Eletrônico 033/2026.**

O Município de ....., / e ou Empresa..... com sede na .....n° ,  
Estado..... inscrita no CNPJ/MF sob nº....., atesta para os fins que a empresa. , inscrita no  
CNPJ/MF nº.....inscrição Estadual.....com sede na....., Estado. , forneceu ao  
município / ou a empresa e executou todos os serviços dentro das especificações técnicas exigidas  
(especificar o tipo de produto ou serviço que forneceu ou executou), tendo cumprido rigorosamente o  
prazo de entrega, assim até o presente momento, não há nada que a desabone.

Local e data.....

\_\_\_\_\_  
**Nome e assinatura e Carimbo do representante legal do município / ou empresa**



**MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE**  
PRAÇA GETÚLIO VARGAS – 18 –CENTRO  
SANTO ANTÔNIO DO MONTE – MG  
FONE: (37) 3281.7328

**ANEXO VI**  
**DECLARAÇÃO DE NÃO NEPOTISMO**  
**PROCESSO 065/2026**  
**PREGÃO 033/2026**

Declaro, para os fins de direito, na qualidade de Proponente a participar do Pregão Eletrônico supra referenciado, que não sou ocupante de cargo público, não mantenho vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

Santo Antônio do Monte, MG, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_



**MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE**  
PRAÇA GETÚLIO VARGAS – 18 –CENTRO  
SANTO ANTÔNIO DO MONTE – MG  
FONE: (37) 3281.7328

Item	Produto - Descrição	Unidade - Descrição	Quantidade - Licitada	Cotação - Máx. Unit.	Produto - Descrição
1	BOLSA TÉRMICA GEL MÉDIA. DIMENSÕES 25CMX14CM PESO 415G	UNIDADE	5	R\$ 36,58	
2	CADARÇO SARJADO 10MM COM 10MTS P/ FIXAÇÃO CANULA TRAQUEOSTOMIA	UNIDADE	25	R\$ 4,05	
3	EXTENSOR PARA INFUSÃO MULTIVIAS - 2 VIAS ESTÉRIL, USO ÚNICO EXTENSOR PARA INFUSÃO MULTIVIAS - 2 VIAS ESTÉRIL E DE USO ÚNICO, APIROGÊNICO	UNIDADE	700	R\$ 0,73	
4	IODOPOLIVIDONA SOLUÇÃO AQUOSA.FRASCO 1 LITRO IODOPOLIVIDONA SOLUÇÃO AQUOSA - DERMO SUAVE TÓPICO - USO TÓPICO 10% DE IODOPOLIVIDONA QUA EQUIVALENTE A 1% DE IODO ATIVO, FRASCO DE 1L.	FRASCO	95	R\$ 38,23	
5	LANTERNA CLÍNICA LÂMPADA DE ALTA INTENSIDADE , CORPO EM ALUMÍNIO ANODIZADO CLIP PARA PRENDER NO BOLSO. INTERRUPTOR DE BOTÃO NA PARTE SUPERIOR (LIGA E DESLIGA BOTÃO CLIC SUPER RESISTENTE. CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS: TIPO DA LÂMPADA: T1-3 ¼, FUNCIONA C/ 2 PILHAS AAA	UNIDADE	41	R\$ 19,55	
6	TINTURA DE BENJOIM 20% , FRASCO 1 L	FRASCO	2	R\$ 123,96	
7	LUVA PROCEDIMENTO/LATEX /S/PÓ - TAMANHO "M" - C/100 UNID. LUVA PROCEDIMENTO - TAMANHO "M" - C/100 UNIDADES S/ PÓNÃO CIRURGICA, DESCARTAVEL, INDIVIDUAL, CONFECCIONADA EM LATEX NATURAL, INTEGRO E UNIFORME, FORMATO ANATOMICO, LUBRIFICADA COM MATERIAL BIO-ABSORVIVEL, EM QUANTIDADE ADEQUADA, A TRAÇÃO, ATOXICA, HIPOALERGENICA, NÃO ESTERIL, EMBALADA EM CAIXAS CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDENCIA, VALIDADE, NUMERO DO LOTE E REGISTRO DA ANVISA	CAIXA	2.350	R\$ 21,98	
8	DISPENSER PARA SABONETE LÍQUIDO /ALCOOL GEL.800 ML DISPENSER PARA SABONETE LÍQUIDO /ALCOOL GEL.COR: BRANCORESERVATÓRIO: 800ML	UNIDADE	40	R\$ 26,37	
9	OXIMETRO DE PULSO DE MESA COM CURVA PLESTIMOGRAFICA E 3 SENSORES DE SPO2. , ALARME E BATERIA RECARREGÁVEL COM SENSOR NEONATAL OPCONAL. ACOMPANHA:MANUAL CARREGADOR DE BATERIA, SENSOR NEONATAL. REGISTRO EMITIDO PELA ANVISA.	UNIDADE	33	R\$ 1.016,33	
10	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL COM VÁLVULA Nº 10. UTILIZADA PARA ASPIRAÇÃO DE SECREÇÕES DA ÁRVORE TRAQUEOBRÔNQUICA. COMPOSTA DE TUBO DE PVC ATÓXICO FLEXÍVEL COM MODELO DE FURAÇÃO ESPECÍFICA E CONECTOR COM TAMPA. ESTÉRIL, ATÓXICA, APIROGÊNICA, DESCARTÁVEL E DE USO ÚNICO.	UNIDADE	3.800	R\$ 0,70	



**MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE**  
PRAÇA GETÚLIO VARGAS – 18 –CENTRO  
SANTO ANTÔNIO DO MONTE – MG  
FONE: (37) 3281.7328

11	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 06 FR. UTILIZADA PARA ADMINISTRAR MEDICAMENTOS OU ALIMENTAÇÃO DIRETAMENTE DENTRO DO TRATO GASTROINTESTINAL. CONFECCIONADA EM PVC (CLORETO DE POLIVINILA) TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, ATÓXICO, DESCARTÁVEL E ESTÉRIL, TENDO SEU COMPRIMENTO DE 110 CM.	UNIDADE	150	R\$	3,33
12	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 08 FR. UTILIZADA PARA ADMINISTRAR MEDICAMENTOS OU ALIMENTAÇÃO DIRETAMENTE DENTRO DO TRATO GASTROINTESTINAL. CONFECCIONADA EM PVC (CLORETO DE POLIVINILA) TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, ATÓXICO, DESCARTÁVEL E ESTÉRIL, TENDO SEU COMPRIMENTO DE 110 CM.	UNIDADE	150	R\$	1,03
13	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 12 FR. UTILIZADA PARA ADMINISTRAR MEDICAMENTOS OU ALIMENTAÇÃO DIRETAMENTE DENTRO DO TRATO GASTROINTESTINAL. CONFECCIONADA EM PVC (CLORETO DE POLIVINILA) TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, ATÓXICO, DESCARTÁVEL E ESTÉRIL, TENDO SEU COMPRIMENTO DE 110 CM.	UNIDADE	200	R\$	3,31
14	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 18 FR. UTILIZADA PARA ADMINISTRAR MEDICAMENTOS OU ALIMENTAÇÃO DIRETAMENTE DENTRO DO TRATO GASTROINTESTINAL. CONFECCIONADA EM PVC (CLORETO DE POLIVINILA) TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, ATÓXICO, DESCARTÁVEL E ESTÉRIL, TENDO SEU COMPRIMENTO DE 110 CM.	UNIDADE	200	R\$	2,57
15	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 20 FR. UTILIZADA PARA ADMINISTRAR MEDICAMENTOS OU ALIMENTAÇÃO DIRETAMENTE DENTRO DO TRATO GASTROINTESTINAL. CONFECCIONADA EM PVC (CLORETO DE POLIVINILA) TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, ATÓXICO, DESCARTÁVEL E ESTÉRIL, TENDO SEU COMPRIMENTO DE 110 CM.	UNIDADE	200	R\$	2,09
16	SONDA DE ALIMENTAÇÃO ENTERAL DE POLIURETANO 5000 Nº 12 FR. FABRICADA EM POLIURETANO, FLEXÍVEL, RESISTENTE, ESTÉRIL E DE USO ÚNICO, SENDO CONSTITUÍDA POR UM TUBO BRANCO RADIOPACO, FIO-GUIA EM AÇO INOX, CONECTOR EM "Y", PONTA ATRAUMÁTICA COM PESO E COMPRIMENTO DE 120 CM.	UNIDADE	800	R\$	10,10
17	SORO RINGER LACTATO BOLSA/FRASCO DE 500 ML SISTEMA FECHADO.	UNIDADE	1.100	R\$	4,63
18	SCALP DESCARTÁVEL PARA INFUSÃO INTRAVENOSA 23G SEM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA. USO ÚNICO, DESCARTÁVEL, EMBALADO UNITARIAMENTE EM BLISTER, ÉSTERIL E PRONTO PARA USO. POSSUI AGULHA SILICONIZADA COM BISEL BI-ANGULADO E TRIFACETADO, PROTETOR DA AGULHA, ASAS DE EMPUNHADURA/FIXAÇÃO, TUBO VINÍLICO TRANSPARENTE, ATÓXICO E APIROGÊNICO, CONECTOR FÊMEA LUER-LOCK CODIFICADO POR CORES E PAREDES FINAS.	UNIDADE	5.400	R\$	0,21



**MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE**  
PRAÇA GETÚLIO VARGAS – 18 –CENTRO  
SANTO ANTÔNIO DO MONTE – MG  
FONE: (37) 3281.7328

19	FRASCO COLETOR DE URINA SISTEMA ABERTO 1200 ML FRASCO PARA COLETA DE URINA NÃO ESTÉRIL COM CAPACIDADE DE 1.200 ML GRADUADO DE 50 EM 50 ML, COM ALÇA PLÁSTICA PARA MANIPULAÇÃO E SUSTENTAÇÃO, PRESERVATIVO MASCULINO, TUBO DE DRENAGEM CONECTOR E TAMPA	UNIDADE	240	R\$	3,46
20	SOLUÇÃO DE CLORETO DE SÓDIO 0,9% (9MG/ML) 500 ML SISTEMA FECHADO BOLSA OU FRASCO	UNIDADE	2.000	R\$	3,74
21	ATADURA DE ALGODÃO ORTOPÉDICO 12CM X 1,0M.PACTE C/ 12 UNID. ATADURA DE ALGODÃO ORTOPÉDICO 12CM X 1,0M (LARGURA X COMPRIMENTO) 100% ALGODÃO, PACOTE COM (12) DOZE UNIDADES.	PACOTE	50	R\$	9,32
22	DIGLICONATO DE CLOREXIDINA 2% SOLUÇÃO COM TENSOATIVOS FRASCO 1L	UNIDADE	190	R\$	25,97
23	DRENO DE TÓRAX EM PVC RADIOPACO ESTÉRIL Nº 32FR	UNIDADE	10	R\$	7,81
24	SISTEMA COLETOR DE DRENAGEM TORÁCICA MEDIASTINAL. CAPACIDADE 500 ML.	UNIDADE	5	R\$	36,32
25	TUBO DE LÁTEX TAMANHO 200 (INT-3MM/EXT-5,5MM DE DIÂMETRO) GARROTE. EMBALAGEM COM 15M.	UNIDADE	9	R\$	36,63
26	TUBO ENDOTRAQUEAL SEM BALÃO TAMANHO 2.0. UTILIZADO PARA INTUBAÇÃO ORAL E NASAL, FABRICADO EM PVC COM SILICONE (TERMOSENSÍVEL), TRANSPARENTE, GRADUADO, LINHA RADIOPACA CONTÍNUA, EXTREMIDADE RETRAÍDA ATRAUMÁTICA, ORIFÍCIO MURPHY, ESTÉRIL E DE USO ÚNICO.&NBSP;	UNIDADE	34	R\$	4,34
27	TUBO ENDOTRAQUEAL SEM BALÃO TAMANHO 2.5. UTILIZADO PARA INTUBAÇÃO ORAL E NASAL, FABRICADO EM PVC COM SILICONE (TERMOSENSÍVEL), TRANSPARENTE, GRADUADO, LINHA RADIOPACA CONTÍNUA, EXTREMIDADE RETRAÍDA ATRAUMÁTICA, ORIFÍCIO MURPHY, ESTÉRIL E DE USO ÚNICO.	UNIDADE	34	R\$	3,79
28	ATADURA GESSADA 10CM X 3,0M (LARGURA X COMP.), ARTIGO ORTOPÉDICO MOLDÁVEL, TEMPO DE SECAGEM DE 4 A 6 MINUTOS - CX COM 20 UNIDADES	CAIXA	50	R\$	4,00
29	ATADURA GESSADA 15CM X 3,0M (LARGURA X COMP.), ARTIGO ORTOPÉDICO MOLDÁVEL, TEMPO DE SECAGEM DE 4 A 6 MINUTOS - CX COM 20 UNIDADES	CAIXA	30	R\$	154,28
30	LUVAS CIRÚRGICAS DE LÁTEX TAMANHO 6,5. LUVAS DE LÁTEX ESTÉRIL LUBRIFICADA COM PÓ, SUPERFÍCIE TEXTURIZADA E ANTIDERRAPANTE. FORMATO ANATÔMICO.	PAR	1.700	R\$	3,16
31	MALHA TUBULAR ORTOPÉDICA DE ALGODÃO 15CM X 15M (LARGURA X COMP.). CONFECCIONADA EM TECIDO 100% ALGODÃO, POSSUI ELASTICIDADE NO SENTIDO TRANSVERSAL COM ENROLAMENTO UNIFORME EM TODA SUA EXTENSÃO E COMPRESSÃO UNIFORME PARA MANTER A PROTEÇÃO DO MEMBRO.	UNIDADE	25	R\$	15,03



**MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE**  
PRAÇA GETÚLIO VARGAS – 18 –CENTRO  
SANTO ANTÔNIO DO MONTE – MG  
FONE: (37) 3281.7328

32	TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO TAMANHO 4.0. UTILIZADO PARA INTUBAÇÃO ORAL E NASAL, FABRICADO EM PVC COM SILICONE (TERMOSENSÍVEL), COM BALÃO DE BAIXA PRESSÃO E ALTO VOLUME, BALÃO AZUL DE CONTROLE COM ENCAIXE PARA SERINGAS LUER E LUER-LOCK, CONECTOR SEMI-MONTADO, TRANSPARENTE, GRADUADO, LINHA RADIOPAÇA CONTÍNUA, EXTREMIDADE RETRAÍDA ATRAUMÁTICA, ORIFÍCIO MURPHY, ESTÉRIL E DE USO ÚNICO.	UNIDADE	60	R\$	3,81
33	TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO TAMANHO 4.5. UTILIZADO PARA INTUBAÇÃO ORAL E NASAL, FABRICADO EM PVC COM SILICONE (TERMOSENSÍVEL), COM BALÃO DE BAIXA PRESSÃO E ALTO VOLUME, BALÃO AZUL DE CONTROLE COM ENCAIXE PARA SERINGAS LUER E LUER-LOCK, CONECTOR SEMI-MONTADO, TRANSPARENTE, GRADUADO, LINHA RADIOPAÇA CONTÍNUA, EXTREMIDADE RETRAÍDA ATRAUMÁTICA, ORIFÍCIO MURPHY, ESTÉRIL E DE USO ÚNICO.	UNIDADE	60	R\$	2,81
34	TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO TAMANHO 6.0. UTILIZADO PARA INTUBAÇÃO ORAL E NASAL, FABRICADO EM PVC COM SILICONE (TERMOSENSÍVEL), COM BALÃO DE BAIXA PRESSÃO E ALTO VOLUME, BALÃO AZUL DE CONTROLE COM ENCAIXE PARA SERINGAS LUER E LUER-LOCK, CONECTOR SEMI-MONTADO, TRANSPARENTE, GRADUADO, LINHA RADIOPAÇA CONTÍNUA, EXTREMIDADE RETRAÍDA ATRAUMÁTICA, ORIFÍCIO MURPHY, ESTÉRIL E DE USO ÚNICO	UNIDADE	70	R\$	2,74
35	TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO TAMANHO 7.0. UTILIZADO PARA INTUBAÇÃO ORAL E NASAL, FABRICADO EM PVC COM SILICONE (TERMOSENSÍVEL), COM BALÃO DE BAIXA PRESSÃO E ALTO VOLUME, BALÃO AZUL DE CONTROLE COM ENCAIXE PARA SERINGAS LUER E LUER-LOCK, CONECTOR SEMI-MONTADO, TRANSPARENTE, GRADUADO, LINHA RADIOPAÇA CONTÍNUA, EXTREMIDADE RETRAÍDA ATRAUMÁTICA, ORIFÍCIO MURPHY, ESTÉRIL E DE USO ÚNICO.	UNIDADE	80	R\$	3,13
36	TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO TAMANHO 7.5. UTILIZADO PARA INTUBAÇÃO ORAL E NASAL, FABRICADO EM PVC COM SILICONE (TERMOSENSÍVEL), COM BALÃO DE BAIXA PRESSÃO E ALTO VOLUME, BALÃO AZUL DE CONTROLE COM ENCAIXE PARA SERINGAS LUER E LUER-LOCK, CONECTOR SEMI-MONTADO, TRANSPARENTE, GRADUADO, LINHA RADIOPAÇA CONTÍNUA, EXTREMIDADE RETRAÍDA ATRAUMÁTICA, ORIFÍCIO MURPHY, ESTÉRIL E DE USO ÚNICO.	UNIDADE	100	R\$	2,96



**MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE**  
PRAÇA GETÚLIO VARGAS – 18 –CENTRO  
SANTO ANTÔNIO DO MONTE – MG  
FONE: (37) 3281.7328

37	TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO TAMANHO 8.5. UTILIZADO PARA INTUBAÇÃO ORAL E NASAL, FABRICADO EM PVC COM SILICONE (TERMOSENSÍVEL), COM BALÃO DE BAIXA PRESSÃO E ALTO VOLUME, BALÃO AZUL DE CONTROLE COM ENCAIXE PARA SERINGAS LUER E LUER-LOCK, CONECTOR SEMI-MONTADO, TRANSPARENTE, GRADUADO, LINHA RADIOPAÇA CONTÍNUA, EXTREMIDADE RETRAÍDA ATRAUMÁTICA, ORIFÍCIO MURPHY, ESTÉRIL E DE USO ÚNICO.	UNIDADE	80	R\$	3,05
38	TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO TAMANHO 3.0. UTILIZADO PARA INTUBAÇÃO ORAL E NASAL, FABRICADO EM PVC COM SILICONE (TERMOSENSÍVEL), COM BALÃO DE BAIXA PRESSÃO E ALTO VOLUME, BALÃO AZUL DE CONTROLE COM ENCAIXE PARA SERINGAS LUER E LUER-LOCK, CONECTOR SEMI-MONTADO, TRANSPARENTE, GRADUADO, LINHA RADIOPAÇA CONTÍNUA, EXTREMIDADE RETRAÍDA ATRAUMÁTICA, ORIFÍCIO MURPHY, ESTÉRIL E DE USO ÚNICO.	UNIDADE	60	R\$	3,23
39	TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO TAMANHO 3.5. UTILIZADO PARA INTUBAÇÃO ORAL E NASAL, FABRICADO EM PVC COM SILICONE (TERMOSENSÍVEL), COM BALÃO DE BAIXA PRESSÃO E ALTO VOLUME, BALÃO AZUL DE CONTROLE COM ENCAIXE PARA SERINGAS LUER E LUER-LOCK, CONECTOR SEMI-MONTADO, TRANSPARENTE, GRADUADO, LINHA RADIOPAÇA CONTÍNUA, EXTREMIDADE RETRAÍDA ATRAUMÁTICA, ORIFÍCIO MURPHY, ESTÉRIL E DE USO ÚNICO.	UNIDADE	60	R\$	3,54
40	TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO TAMANHO 5.0. UTILIZADO PARA INTUBAÇÃO ORAL E NASAL, FABRICADO EM PVC COM SILICONE (TERMOSENSÍVEL), COM BALÃO DE BAIXA PRESSÃO E ALTO VOLUME, BALÃO AZUL DE CONTROLE COM ENCAIXE PARA SERINGAS LUER E LUER-LOCK, CONECTOR SEMI-MONTADO, TRANSPARENTE, GRADUADO, LINHA RADIOPAÇA CONTÍNUA, EXTREMIDADE RETRAÍDA ATRAUMÁTICA, ORIFÍCIO MURPHY, ESTÉRIL E DE USO ÚNICO.	UNIDADE	60	R\$	3,72
41	TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO TAMANHO 6.5. UTILIZADO PARA INTUBAÇÃO ORAL E NASAL, FABRICADO EM PVC COM SILICONE (TERMOSENSÍVEL), COM BALÃO DE BAIXA PRESSÃO E ALTO VOLUME, BALÃO AZUL DE CONTROLE COM ENCAIXE PARA SERINGAS LUER E LUER-LOCK, CONECTOR SEMI-MONTADO, TRANSPARENTE, GRADUADO, LINHA RADIOPAÇA CONTÍNUA, EXTREMIDADE RETRAÍDA ATRAUMÁTICA, ORIFÍCIO MURPHY, ESTÉRIL E DE USO ÚNICO.	UNIDADE	70	R\$	3,78



**MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE**  
PRAÇA GETÚLIO VARGAS – 18 –CENTRO  
SANTO ANTÔNIO DO MONTE – MG  
FONE: (37) 3281.7328

42	LARINGOSCÓPIO LARINGOSCÓPIO DE FIBRA ÓTICA COM LED E LÂMINAS RETAS E CURVAS, EM AÇO INOX, UTILIZADO PARA OS PROCEDIMENTOS DE LARINGOSCOPIA E INTUBAÇÃO ENDOTRAQUEAL, UTILIZANDO ILUMINAÇÃO E LÂMINAS (RETAS E CURVAS) DE DIFERENTES TAMANHOS QUE SE AJUSTAM AO FORMATO ANATÔMICO DE CADA PACIENTE. DEVE POSSUIR CABO COM CABEÇOTE E LÂMINAS (ADAPTADORES DE LARINGE) CURVAS (NºS: 00,0, 1, 2, 3, 4 E 5) E RETAS (NºS: 00, 0, 1, 2, 3, 4 E 5).	UNIDADE	1	R\$	588,75
43	DIAFRAGMA DE VÁLVULA DE EXALAÇÃO - PACOTE C/4 UNID	PACOTE	4	R\$	187,00
44	ELETRODO ELETROCIÚRGICO PARA ELETROCAUTÉRIO AUTOCLAVÁVEL MODELO BOLA TAMANHO 4,76 MM X 200 MM	UNIDADE	3	R\$	98,44
45	MALHA TUBULAR 20CM X 15M	UNIDADE	20	R\$	14,44
46	CIRCUITO ADULTO COMPATÍVEL COM RESPIRADOR INTERMED IX5. TRAQUEIA CORRUGADA TRANSLÚCIDA PARA FACILITAR A HIGIENIZAÇÃO E LISAS EM SUA FACE INTERNA, DANDO MAIOR RESISTÊNCIA E FLEXIBILIDADE AO CIRCUITO RESPIRATÓRIO. CIRCUITO EM SILICONE AUTO LAVÁVEL. CONECTORES, ADAPTADORES E DRENOS CONFECCIONADOS EM POLISULFONA, MATERIAL RESISTENTE A ALTAS TEMPERATURAS E 100% AUTOLAVÁVEL. ESTE CIRCUITO RESPIRATÓRIO EM SILICONE É COMPOSTO POR: 02 - TRAQUEIAS EM SILICONE 22MM X 1200MM (INFANTIL) 03 - TRAQUEIAS EM SILICONE 22MM X 700MM (INFANTIL) 02 - DRENOS 01 - COTOVELO 22MM X 22F 01 - CONECTOR Y 01 - LINHA PROXIMAL 10 _ CONECTORES 22 X 22 CHANFRADO. OU SIMILAR	UNIDADE	5	R\$	483,47
47	SOLUÇÃO DE GLICOSE A 5% (50MG/ML) BOLSA DE 250 ML, SORO GLICOSADO, BOLSA SISTEMA FECHADO EM PLASTICO TRANSPARENTE COM DOIS BICOS IGUAIS PARA INTRODUÇÃO DO EQUIPO E DA AGULHA, COM LACRE PROTETOR E TAMPAS.	BOLSA	300	R\$	5,13
48	PÁS PARA ELETRODO DESCARTÁVEL ADULTO COMPATIVEL COM DESFIBRILADOR HEARTSINE SAMARTAM. CONJUNTO DE DOIS ELETRODOS COM RÁPIDA CONEXÃO AO DEA , EXCELENTE CONDUTIVIDADE, SEM RISCO DE QUEIMADURAS ACIDENTAIS.	PACOTE	20	R\$	433,33
49	GEL CONDUTOR PARA ULTRASSOM. FRASCO 100G. CATMAT 475840	FRASCO	50	R\$	2,24
50	MÁSCARA DE OXIGÊNIO VENTURI ADULTO, COM TUBO CORRUGADO, 6 DILUIDORES COLORIDOS E TUBO DE O2. MÁSCARA EM PVC RESISTENTE, ATÓXICA E NÃO ESTÉRIL	UNIDADE	12	R\$	26,18



**MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE**  
PRAÇA GETÚLIO VARGAS – 18 –CENTRO  
SANTO ANTÔNIO DO MONTE – MG  
FONE: (37) 3281.7328

51	MÁSCARA DE OXIGÊNIO VENTURI PEDIATRICA, COM TUBO CORRUGADO, 6 DILUIDORES COLORIDOS E TUBO DE O2. MÁSCARA EM PVC RESISTENTE, ATÓXICA E NÃO ESTÉRIL	UNIDADE	12	R\$	18,81
52	FIO DE SUTURA CATGUT SIMPLES AGULHADO 2.0. FIO ABSORVÍVEL 2.0, COMPRIMENTO DE 75 CM, AGULHA DE 1/2 CÍRCULO DE 25,0 MM, ESTÉRIL, USO ÚNICO.	UNIDADE	350	R\$	5,24
53	MANGUITO PARA APARELHO DE PRESSÃO INFANTIL DUAS VIAS. MATERIAL: PVC. TAMANHO: 10 CM A 18 CM.	UNIDADE	80	R\$	43,99
54	ALMOTOLIA - MARRON - 250 ML	UNIDADE	50	R\$	3,79
55	CANULA DE GUEDELL - NR 2	UNIDADE	24	R\$	5,41
56	CANULA DE GUEDELL - NR 4	UNIDADE	24	R\$	7,00
57	ESPÁTULA DE AYRES C/ 100 UN	PACOTE	280	R\$	10,24
58	FIXADOR CITOLÓGICO - 100 ML - SPRAY	FRASCO	350	R\$	7,53
59	MÁSCARA DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL EM TECIDO MASCARA ADULTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL CONFECCIONA EM TECIDO DUPLO DE ALGODÃO, LAVÁVEL NA COR BRANCA COM CLIP NASAL .QUE SE AJUSTA PERFEITAMENTE AO ROSTO COBRINDO BOCA, NARIZ E QUEIXO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PLASTICO TRANSPARENTE.	UNIDADE	1.000	R\$	9,13
60	SOLUÇÃO DE LUGOL 2% PARA TESTE SHILLER	LITROS	220	R\$	86,47
61	TERMÔMETRO INFRAVERMELHO COM MIRA A LASER	UNIDADE	14	R\$	101,90
62	MAMAMIGA MODELO ANATÔMICO MODELO ANATÔMICO PARA EXAMES DE CÂNCER DE MAMAMODELO DIDÁTICO MAMAMIGA MODEM. DIMENSÕES: 29X19,3CM PESO 600 GRAMAS SENDO POSSÍVEL VERIFICAR OS TIPOS DE ALTERAÇÕES NO QUAL PODE INDICAR UM CÂNCER DE MAMA. ACHADO NORMAL A, ÁREA COM PEQUENOS GRÃO B, NÓDULO CAROÇO QUE SE MOVIMENTA C, NÓDULO OU ÁREA FIXA E DURA D. EDUCATIVO E DIDÁTICO PARA O APRENDIZADO E INCENTIVO AO TOQUE DO SEIO.	UNIDADE	6	R\$	940,66
63	TERMO-HIGRÔMETRO - INSTRUMENTO COM VISOR DE FÁCIL LEITURA E DESIGN ARROJADO, DESTINADOS PARA MEDIR A TEMPERATURA E UMIDADE AMBIENTE. APRESENTA INDICADOR DE TEMPERATURA EXTERNA E INTERNA, LEITURA EM °C E °F, UMIDADE INTERNA, RELÓGIO DIGITAL, INDICADOR DE NÍVEL DE CONFORTO, CABO DE APROXIMADAMENTE 3M.	UNIDADE	30	R\$	109,40
64	SUPORTE COLETOR PERFUROCORTANTE 13L, COR BRANCO, PODE SER UTILIZADO SOBRE A BANCADA OU FIXADO NA PAREDE. ITENS INCLUSOS: 02 PARAFUSOS E 02 BUCHAS	UNIDADE	20	R\$	46,05
65	DIAPASÃO EM ALUMÍNIO COM CURSOR 128 HZ	UNIDADE	6	R\$	73,81
66	CANULA DE GUEDELL - NR1	UNIDADE	20	R\$	5,16
67	MANGUITO PARA APARELHO DE PRESSÃO OBESO DUAS VIAS. MATERIAL: PVC. TAMANHO: 35 CM A 52 CM.	UNIDADE	50	R\$	14,60



**MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE**  
PRAÇA GETÚLIO VARGAS – 18 –CENTRO  
SANTO ANTÔNIO DO MONTE – MG  
FONE: (37) 3281.7328

68	<p>DISPOSITIVO BLOQUEADOR DE DORES PARA UTILIZAÇÃO NA APLICAÇÃO DE VACINAS. O DISPOSITIVO DEVE POSSUIR 2 PADRÕES DE VIBRAÇÃO. DEVE ESTAR INCLUSO NO KIT: 1 APARELHO VIBRADOR (COM 2 VELOCIDADES), 4 BOLSAS DE GELO (PODEM SER DESINFECTADAS E USADAS EM VÁRIOS PACIENTES), 2 PILHAS AAA (JÁ INSTALADAS NO APARELHO), 1 TORNIQUETE DE SILICONE E 1 MANUAL DE INSTRUÇÕES. A BOLSA DE GELO DEVE SER PRODUZIDA EM PLÁSTICO MÉDICO, QUE PERMITE HIGIENIZAÇÃO CONFORME POLÍTICAS E PROTOCOLOS PARA CONTROLE DE INFECÇÃO, CONTENDO EM SUA COMPOSIÇÃO ISOTIAZOLINA QUE INIBEM O DESENVOLVIMENTO DE BACTÉRIAS, FUNGOS, MOFOS E LEVEDURAS, CONTER SUBSTÂNCIA QUE PERDURA O CONGELAMENTO DO LÍQUIDO INTERNO (ÁGUA) PARA MANTER A BOLSA CONGELADA POR ATÉ 8-10 MINUTOS. O APARELHO DEVE ASSOCIAR A VIBRAÇÃO DE ALTA FREQUÊNCIA E OS BENEFÍCIOS DO GELO PARA DISTRAIR O CÉREBRO E, DESSA FORMA, ELIMINAR A DOR AGUDA. POSSUIR REGISTRO NA ANVISA.</p>	KIT	30	R\$	950,00
69	<p>CAIXA TÉRMICA DE POLIURETANO 45 LITROS COM TERMÔMETRO DIGITAL CAIXA TÉRMICA DE POLIURETANO 45 LITROS COM TERMÔMETRO DIGITAL DE MÁXIMO E MÍNIMO À PROVA D'ÁGUA -50 ATÉ 70 °C. FABRICADA EM PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA E INTERNAMENTE REVESTIDA DE POLIURETANO, INCLUSIVE NA TAMPA. POSSUIR UM TERMÔMETRO EXTERNO QUE MOSTRA A TEMPERATURA ATUAL, MÍNIMA E MÁXIMA DO CONTEÚDO SEM PRECISAR ABRI-LA. CAPACIDADE: 45 LITROS. MATERIAL: POLIETILENO, ISOLANTE POLIURETANO (PU) TERMÔMETRO DIGITAL MÁX. E MÍN. FAIXA DE TEMPERATURA: -50 + 70 °C. MEDIDAS EXTERNAS A X L X C: 36X34X66 CM. COR: AZUL NO CORPO E BRANCA NA TAMPA E ALÇA.</p>	UNIDADE	6	R\$	502,57
70	<p>CÂNULA NASAL UTILIZADA PARA ADMINISTRAR OXIGÊNIO EM PACIENTES ADULTOS. DESCARTÁVEL, COM FORMATO SOBRE A ORELHA, MACIA E ISENTA DE LÁTEX, PRONGA NASAL FLEXÍVEL, CONTORNO ANATÔMICO E COM REGULAGEM NASAL FLEXÍVEL. TUBO EM POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE, COR CRISTAL TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, COMPRIMENTO DE 2,50 METROS. CONECTOR DE OXIGÊNIO TIPO UNIVERSA, EM POLIETILENO COM ABERTURA ASSÉPTICA.</p>	UNIDADE	400	R\$	3,40



**MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE**  
PRAÇA GETÚLIO VARGAS – 18 –CENTRO  
SANTO ANTÔNIO DO MONTE – MG  
FONE: (37) 3281.7328

71	PRESERVATIVO LUBRIFICADO 52MM. , SEM ESPERMICIDA, SEM ODOR, COM RESERVATÓRIO, TRANSLÚCIDO, TRANSPARENTE, QUANTIDADE DE LUBRIFICANTE ENTRE 400 E 700 MG. EMBALAGEM INDIVIDUAL QUE PERMITA O ACONDICIONAMENTO DO PRODUTO GARANTINDO SUAS CARACTERÍSTICAS DE FABRICAÇÃO E INTEGRIDADE (PRODUTO ÍNTEGRO, SEM VINCO OU DEFORMIDADES), SEM RISCO DE VIOLAÇÃO/CONTAMINAÇÃO (EMBALAGEM ÍNTEGRA). CAIXA COM 144 UNIDADES	CAIXA	100	R\$	51,61
72	CAMPO CIRURGICO SEM FENESTRA ESTERIL PANO DE CAMPO CIRURGICO, SEM FENESTRA ESTERIL. MEDINDO: TAMANHO 1 METRO X 1 METRO. COR: AZUL. ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO; EMBALADO INDIVIDUALMENTE; COMPOSIÇÃO: POLIPROPILENO, VISCOSE E POLIETILENO.	UNIDADE	1.500	R\$	7,70
73	LINHA URSO DE SUTURA, 100% ALGODÃO / 183 MTS LINHA URSO DE SUTURA.EXTRA FORTE, 100 % ALGODÃO, DIVERSAS APLICAÇÕES. 183 METROS.	UNIDADE	12	R\$	48,00
74	HISTERÔMETRO DESCARTÁVEL PARA MENSURAÇÃO DA PROFUNDIDADE DA CAVIDADE UTERINA, SEGMENTO CENTIMETRADO DE 15 CM, GRADUAÇÃO DE 4 A 15 CM, RESOLUÇÃO DE 1 CM. ANEL CILÍNDRICO. MATERIAL POLIESTIRENO. COMPRIMENTO TOTAL DE 25 CM.	UNIDADE	200	R\$	5,77
75	CAIXA TÉRMICA DE POLIURETANO 75 LITROS CAIXA TÉRMICA 75 LITROS. POSSUIR PARTE INTERNA E EXTERNA EM POLIPROPILENO INJETADO, TAMPA SOPRADA E ISOLAMENTO EM ISOPOR. PRODUZIDA EM MATERIAL 100% VIRGEM, ATÓXICO E SEM ODOR. POSSUI ALÇA PARA FACILITAR CARREGAMENTO. COR: AZUL NO CORPO E BRANCA NA TAMPA E ALÇA.	UNIDADE	2	R\$	400,52
76	LAMINA DE TRICOTOMIA CAIXA COM 05 UNIDADES EM AÇO INOXIDÁVEL	CAIXA	1.000	R\$	5,41
77	SERINGA PARA INSULINA - MATERIA-PRIMA: POLIPROPILENO; CAPACIDADE: 100 UI; BICO: MONOBLOCO OU CORPO UNICO; DIMENSAO AGULHA (C X D): 8 X 0,30 MM; GRADUACAO: 2 UI; ESTERIL: SIM; SERINGA COM CORPO E EMBOLO EM POLIMERO PLASTICO, AGULHA EM METAL SILICONIZADO.	UNIDADE	50.000	R\$	0,27
78	LANCETA AUTOMATICA DESCARTAVEL - TIPO: AGULHA RETRATIL; MATERIA-PRIMA: ACO INOXIDAVEL E CORPO EM PLASTICO; CORTE: NAO APLICAVEL; CALIBRE: 28 G; ESTERIL: SIM; DISPARO: GATILHO COM DISPOSITIVO SE SEGURANCA; APLICACAO: PUNCAO DIGITAL PARA AMOSTRA DE SANGUE CAPILAR.	UNIDADE	90.000	R\$	0,14



**MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE**  
PRAÇA GETÚLIO VARGAS – 18 –CENTRO  
SANTO ANTÔNIO DO MONTE – MG  
FONE: (37) 3281.7328

79	DISPOSITIVO INTRAUTERINO HORMONAL (DIU), ENDOCEPTIVO EM FORMA DE "T", CONFECCIONADO EM POLIETILENO, COM LIBERAÇÃO DE LEVONORGESTREL, CONTENDO 52 MG, COM TAXA INICIAL DE LIBERAÇÃO DE 20 MCG/24 HORAS. CARTUCHO CONTENDO UM BLISTER ESTÉRIL COM UM ENDOCEPTIVO E UM APLICADOR, EMBALADO EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E PERMITA ABERTURA ASSÉPTICA, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. &NBSP;CATMAT 295856	UNIDADE	150	R\$ 1.279,97	
80	DISPOSITIVO INTRAUTERINO HORMONAL (DIU), ENDOCEPTIVO EM FORMA DE "T", CONFECCIONADO EM POLIETILENO, COM LIBERAÇÃO DE LEVONORGESTREL, CONTENDO 52 MG, COM TAXA INICIAL DE LIBERAÇÃO DE 20 MCG/24 HORAS. CARTUCHO CONTENDO UM BLISTER ESTÉRIL COM UM ENDOCEPTIVO E UM APLICADOR, EMBALADO EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E PERMITA ABERTURA ASSÉPTICA, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. &NBSP;CATMAT 295856	UNIDADE	50	R\$ 1.279,97	Cota Referente ao item 79.
81	ETONOGESTREL ANTICONCEPCIONAL SUBDÉRMICO DE LONGA DURAÇÃO, CONCENTRAÇÃO: 68 MG, COMPOSTO POR UM BASTÃO FLEXIVIL, ESÉRIL, (APROXIMADAMENTE 4 CM DE COMPRIMENTO POR 2 MM DE DIÂMETRO), CONTIDO UM APLICADOR DESCARTÁVEL PRONTO PARA USO. DEVE PERMITIR CONTRACEPÇÃO DE LONGA DURAÇÃO (ATÉ 3 ANOS) REFERÊNCIA: IMPLANON NXT DE IGUAL OU SUPERIOR QUALIDADE. CATMAT 393920	UNIDADE	150	R\$ 500,08	
82	ETONOGESTREL ANTICONCEPCIONAL SUBDÉRMICO DE LONGA DURAÇÃO, CONCENTRAÇÃO: 68 MG, COMPOSTO POR UM BASTÃO FLEXIVIL, ESÉRIL, (APROXIMADAMENTE 4 CM DE COMPRIMENTO POR 2 MM DE DIÂMETRO), CONTIDO UM APLICADOR DESCARTÁVEL PRONTO PARA USO. DEVE PERMITIR CONTRACEPÇÃO DE LONGA DURAÇÃO (ATÉ 3 ANOS) REFERÊNCIA: IMPLANON NXT DE IGUAL OU SUPERIOR QUALIDADE. CATMAT 393920	UNIDADE	50	R\$ 500,08	Cota Referente ao item 81.



**MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE**  
PRAÇA GETÚLIO VARGAS – 18 –CENTRO  
SANTO ANTÔNIO DO MONTE – MG  
FONE: (37) 3281.7328

83	<p>CONJUNTO PARA PAPANICOLAU CONTENDO: - 1 ESPÉCULO VAGINAL, TAMANHO P, COM ALETA PARA CONEXÃO EM FONTE DE LED , COM AS VALVAS SILICONADAS. - 1 ESCOVA CERVICAL, RESISTENTE, ATÓXICA, COM CERDAS MACIA, FABRICADA EM NYLON NO FORMATO CÔNICO, TENDO A PONTA PROTEGIDA COM SILICONE DE GRAU MÉDICO. ATRAVÉS DE UM EIXO DE AÇO INOX, A ESCOVA ESTÁ FIRMEMENTE ADERIDA NA HASTE PLÁSTICA. COMPRIMENTO TOTAL DE 18,2 CM. - 1 ESPÁTULA DE AYRE, PLÁSTICA COM 19 CM DE COMPRIMENTO - 1 FRASCO, COM TAMPA DE ROSCA, COM 18 ML DE SOLUÇÃO PRESERVANTE A BASE DE METANOL. CATMAT-405738 REFERÊNCIA: CELLPRESERV DE IGUAL OU SUPERIOR QUALIDADE.</p>	UNIDADE	200	R\$	46,32
84	<p>CONJUNTO PARA PAPANICOLAU CONTENDO: - 1 ESPÉCULO VAGINAL, TAMANHO M, COM ALETA PARA CONEXÃO EM FONTE DE LED , COM AS VALVAS SILICONADAS. - 1 ESCOVA CERVICAL, RESISTENTE, ATÓXICA, COM CERDAS MACIA, FABRICADA EM NYLON NO FORMATO CÔNICO, TENDO A PONTA PROTEGIDA COM SILICONE DE GRAU MÉDICO. ATRAVÉS DE UM EIXO DE AÇO INOX, A ESCOVA ESTÁ FIRMEMENTE ADERIDA NA HASTE PLÁSTICA. COMPRIMENTO TOTAL DE 18,2 CM. - 1 ESPÁTULA DE AYRE, PLÁSTICA COM 19 CM DE COMPRIMENTO - 1 FRASCO, COM TAMPA DE ROSCA, COM 18 ML DE SOLUÇÃO PRESERVANTE A BASE DE METANOL. CATMAT- 405739 REFERÊNCIA: CELLPRESERV DE IGUAL OU SUPERIOR QUALIDADE.</p>	UNIDADE	600	R\$	46,32



**MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE**  
PRAÇA GETÚLIO VARGAS – 18 –CENTRO  
SANTO ANTÔNIO DO MONTE – MG  
FONE: (37) 3281.7328

85		UNIDADE	488	R\$	340,68
	<p>SENSOR PARA MONITORAMENTO CONTÍNUO DE GLICOSE NO LÍQUIDO INTERSTICIAL, DESCARTÁVEL, DESTINADO AO CONTROLE GLICÊMICO DE PACIENTES COM DIABETES MELLITUS. O DISPOSITIVO DEVE SER COMPOSTO POR SENSOR E APLICADOR DESCARTÁVEL, PARA INSERÇÃO SUBCUTÂNEA NA REGIÃO POSTERIOR DO BRAÇO, PERMITINDO A MEDIÇÃO AUTOMÁTICA E CONTÍNUA DOS NÍVEIS DE GLICOSE. O SENSOR DEVERÁ POSSUIR TEMPO DE USO MÍNIMO DE ATÉ 15 (QUINZE) DIAS, REALIZANDO LEITURAS AUTOMÁTICAS FREQUENTES DA GLICOSE E PERMITINDO A VISUALIZAÇÃO DOS RESULTADOS POR MEIO DE LEITOR ESPECÍFICO OU APLICATIVO COMPATÍVEL EM SMARTPHONE, UTILIZANDO TECNOLOGIA DE COMUNICAÇÃO NFC E/OU BLUETOOTH. MONITORAMENTO CONTÍNUO DOS NÍVEIS DE GLICOSE SEM NECESSIDADE DE CALIBRAÇÃO ROTINEIRA POR PUNÇÃO DIGITAL;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- ARMAZENAMENTO DO HISTÓRICO DE GLICOSE NO PRÓPRIO SENSOR;</li><li>- VISUALIZAÇÃO DE TENDÊNCIAS GLICÊMICAS E GRÁFICOS DE ACOMPANHAMENTO;</li><li>- EMISSÃO DE ALERTAS OPCIONAIS DE HIPOGLICEMIA E HIPERGLICEMIA QUANDO CONECTADO A DISPOSITIVO COMPATÍVEL;</li><li>- RESISTÊNCIA À ÁGUA, PERMITINDO USO DURANTE ATIVIDADES DIÁRIAS COMO BANHO OU PRÁTICA DE EXERCÍCIOS;</li><li>- APLICAÇÃO SIMPLES E INDOLOR POR MEIO DE APLICADOR PRÓPRIO DESCARTÁVEL.</li></ul> <p>O SENSOR DEVERÁ APRESENTAR DIMENSÕES COMPACTAS, ADESIVO HIPOALERGÊNICO E CONFORTÁVEL, ADEQUADO PARA USO CONTÍNUO EM PACIENTES PRODUTO ESTÉRIL, DE USO ÚNICO, EMBALADO INDIVIDUALMENTE, CONTENDO TODAS AS INSTRUÇÕES DE USO EM LÍNGUA PORTUGUESA E REGISTRO VÁLIDO NA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) CATMAT 439443</p> <p>REFERÊNCIA: SENSOR FRE-ESTYLE LI-BRE 2 PLUS</p>				



**MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE**  
PRAÇA GETÚLIO VARGAS – 18 –CENTRO  
SANTO ANTÔNIO DO MONTE – MG  
FONE: (37) 3281.7328

86	<p>SENSOR PARA MONITORAMENTO CONTÍNUO DE GLICOSE NO LÍQUIDO INTERSTICIAL, DESCARTÁVEL, DESTINADO AO CONTROLE GLICÊMICO DE PACIENTES COM DIABETES MELLITUS. O DISPOSITIVO DEVE SER COMPOSTO POR SENSOR E APLICADOR DESCARTÁVEL, PARA INSERÇÃO SUBCUTÂNEA NA REGIÃO POSTERIOR DO BRAÇO, PERMITINDO A MEDIÇÃO AUTOMÁTICA E CONTÍNUA DOS NÍVEIS DE GLICOSE. O SENSOR DEVERÁ POSSUIR TEMPO DE USO MÍNIMO DE ATÉ 15 (QUINZE) DIAS, REALIZANDO LEITURAS AUTOMÁTICAS FREQUENTES DA GLICOSE E PERMITINDO A VISUALIZAÇÃO DOS RESULTADOS POR MEIO DE LEITOR ESPECÍFICO OU APLICATIVO COMPATÍVEL EM SMARTPHONE, UTILIZANDO TECNOLOGIA DE COMUNICAÇÃO NFC E/OU BLUETOOTH. MONITORAMENTO CONTÍNUO DOS NÍVEIS DE GLICOSE SEM NECESSIDADE DE CALIBRAÇÃO ROTINEIRA POR PUNÇÃO DIGITAL;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- ARMAZENAMENTO DO HISTÓRICO DE GLICOSE NO PRÓPRIO SENSOR;</li><li>- VISUALIZAÇÃO DE TENDÊNCIAS GLICÊMICAS E GRÁFICOS DE ACOMPANHAMENTO;</li><li>- EMISSÃO DE ALERTAS OPCIONAIS DE HIPOGLICEMIA E HIPERGLICEMIA QUANDO CONECTADO A DISPOSITIVO COMPATÍVEL;</li><li>- RESISTÊNCIA À ÁGUA, PERMITINDO USO DURANTE ATIVIDADES DIÁRIAS COMO BANHO OU PRÁTICA DE EXERCÍCIOS;</li><li>- APLICAÇÃO SIMPLES E INDOLOR POR MEIO DE APLICADOR PRÓPRIO DESCARTÁVEL.</li></ul> <p>O SENSOR DEVERÁ APRESENTAR DIMENSÕES COMPACTAS, ADESIVO HIPOALERGÊNICO E CONFORTÁVEL, ADEQUADO PARA USO CONTÍNUO EM PACIENTES PRODUTO ESTÉRIL, DE USO ÚNICO, EMBALADO INDIVIDUALMENTE, CONTENDO TODAS AS INSTRUÇÕES DE USO EM LÍNGUA PORTUGUESA E REGISTRO VÁLIDO NA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) CATMAT 439443</p> <p>REFERÊNCIA: SENSOR FRE-ESTYLE LI-BRE 2 PLUS</p>	UNIDADE	162	R\$	340,68	Cota Referente ao item 85.
----	---	---------	-----	-----	--------	----------------------------